

SUMÁRIO

PARTE 1 – INTRODUÇÃO AO SISTEMA DE REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO	29
Evolução do crime ocasional para o crime organizado	29
Poder paralelo e erosão estatal.....	31
Facções criminosas no Brasil	33
Um direito penal e processual adequado para o crime organizado.....	37
Teoria dos Maxiprocessos no contexto de organizações criminosas	39
Sistema de valoração de provas nos maxiprocessos envolvendo macrocriminalidade.....	40
Organização criminosa e prisão cautelar	49
Organização criminosa e constrição patrimonial	53
Confisco de bens.....	58
Confisco dos objetos ilícitos e do proveito da infração penal (confisco genérico). ..	59
Confisco por equivalência	59
Confisco alargado.....	60
Pressupostos do confisco alargado	61
Bens atingidos pelo confisco alargado.....	62
Constitucionalidade do confisco alargado	64
Diferença do confisco alargado para o confisco por equivalência	64
Confisco de bens na Transação penal e no Acordo de Não Persecução Penal.....	65
Confisco de bens na colaboração premiada	65

Confisco alargado especial ou confisco estrutural das Orcrimis (§ 5º do art. 91-A do CP).....	66
Crimes empresariais por meio de organizações criminosas.....	68
Medidas cabíveis em casos de uso de pessoas jurídicas por organizações criminosas.....	71
A aplicação bidirecional da Lei nº 15.358/2026 às organizações criminosas da Lei 12.850/2013	73
Evolução legislativa sobre crime organizado no Brasil.....	75
A Convenção de Palermo	76
As medidas preventivas ao crime organizado previstas na convenção de Palermo.....	78
Análise da Lei 12.694/2012.....	78
Colegiado de primeiro grau	83
As Varas Criminais Colegiadas prevista pela Lei Anticrime	85
Inexistência de juiz sem rosto no ordenamento jurídico brasileiro	87
As Leis n.º 12.850/2013 e 15.358/2026.....	89
O Decreto nº 12.966/2026 e o Programa Brasil contra o Crime Organizado.....	89

PARTE 2 – COMENTÁRIOS À LEI Nº 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013

CAPÍTULO I – DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

Conceito de organização criminosa	91
Número mínimo de quatro pessoas.....	92
Estrutura ordenada, caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informal.....	94
Objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza.....	97
Infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.....	98
Organização criminosa ultraviolenta e a Lei Antifacção.....	101
Organização criminosa por extensão	102
Crime de organização criminosa.....	104

Crime de Organização criminosa hedionda.....	111
Diferença entre crime de organização criminosa e associação criminosa.....	112
Organização criminosa e associação ao tráfico.....	112
Competência para julgar organizações criminosas.....	114
Crime de Embaraço à investigação de organização criminosa ou de obstrução da justiça.....	116
Causa de aumento da organização criminosa armada	122
Agravante do autor intelectual da organização criminosa.....	123
Causas de aumento especiais.....	124
Afastamento cautelar do funcionário público	127
Efeito da condenação – perda do cargo.....	128
Perda de cargo diferente do ocupado antes	134
Interdição para o exercício de função ou cargo público pelo prazo de 8 (oito) anos subsequentes ao cumprimento da pena	135
Dever de comunicação.....	136
Líderes de organização criminosa e o cumprimento de pena em estabelecimento de segurança máxima.....	138
Condição especial para benefícios prisionais.....	141
Integrantes de facção criminosa e a vedação ao indulto natalino	143
Outras alterações promovidas pela Lei 13.964/2019 relativas às organizações criminosas.....	144

CAPÍTULO II – DA INVESTIGAÇÃO E DOS MEIOS DE OBTENÇÃO DA PROVA

A investigação dromocrática e o Crime Organizado.....	147
Poder de investigação do Ministério Público.....	148
Grupos Especiais de Combate ao Crime Organizado.....	151
Possibilidade de o membro do Ministério Público participar da investigação e depois da ação penal	152
O poder investigatório do Ministério Público e as atividades forenses e periciais autônomas	153

Captação ambiental de sinais eletromagnéticos	155
Fundamento legal da captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos	155
Introdução - A modernização das investigações por meio das tecnologias atuais.	155
Conceito de captação ambiental e regime constitucional	158
Atribuição/legitimidade para o requerimento de captação ambiental.....	164
Objeto da captação ambiental.....	165
Requisitos para captação ambiental – incisos I e II.....	165
Formalidades da captação ambiental - §§ 1.º a 6.º.....	168
Captação ambiental realizada em locais abertos ao público.....	171
Crime de captação ambiental clandestina	173
Considerações Finais sobre a captação ambiental.....	181
Interceptação telefônica.....	182
finalidade da interceptação telefônica.....	184
Requisitos para interceptação telefônica	185
Juiz competente	185
Serendipidade e encontro fortuito de crimes	
Prazo da interceptação telefônica e prorrogação	186
Transcrição da gravação	186
Gravações clandestinas	188
Extração de dados e conversas contidas em aparelhos celulares apreendidos.....	188
Quebra do sigilo financeiro, bancário e fiscal.....	189
Quebra de sigilo bancário do Município	192
Investigação patrimonial	194
Cooperação institucional	195
do auxílio por agência de inteligência para enfrentamento às organizações criminosas	200
Cooperação do particular no enfrentamento ao Crime organizado	204

Outros meios de obtenção de provas	207
busca e Apreensão.....	207
Acesso a dados Computacionais e Portáteis	208
Vigilância Eletrônica.....	209
Rastreador Eletrônico em Veículos	210
Prova Emprestada	211
Exame de Lixo.....	212
Geofencing	213
Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do COAF.....	214
Condicionantes para o fornecimento de RIFs.....	215
Implantação de Malwares	216
Crawler ou rastreador Web	216
Scanner OBD (On-Board Diagnostics)	217
Fixação de astreintes (multa cominatória).....	218
Whistleblower ou reportante do bem.....	219
Introdução ao tema	219
Definição e principais características do whistleblower	220
Entes que devem estruturar programa whistleblowing.....	223
Canais de denúncia.....	225
Denúncias anônimas	226
Diferença entre whistleblower e colaborador premiado	228
Objeto do relato ou informações.....	229
Procedimento e decisão que acolhe o relato.....	230
Imunidade do whistleblower de boa-fé	233
Proteção integral contra retaliações.....	235
Revelação da identidade do whistleblower	239
Outras medidas de proteção do whistleblower	242

Nova infração disciplinar.....	244
Ressarcimento em dobro pelas retaliações ao whistleblower	244
Recompensa do whistleblower.....	245
O papel do advogado frente o whistleblower.....	247
Conclusão	248
 Seção I – Da Colaboração Premiada.....	 250
Colaboração premiada - Introdução ao tema, definição legal e natureza jurídica..	250
Críticas (superadas) à colaboração premiada.....	256
Vantajosidade da colaboração premiada.....	263
Colaboração premiada por advogado e a Lei 14.365/2022	265
Colaboração premiada por pessoa jurídica.....	268
Início das tratativas e a formalização da proposta de acordo de colaboração premiada.....	270
O efeito demarcatório inicial das investigações.....	272
Indeferimento sumário da proposta inicial.....	274
Não indeferimento da proposta inicial.....	275
Instrução confirmatória.....	278
Desistência da proposta de acordo	279
Formalidades para apresentação da proposta de acordo e o papel do advogado/ defensor	281
Deveres do colaborador.....	284
Anexos da proposta de colaboração	286
Conteúdo da proposta de acordo e compliance criminal	287
Disposições incluídas pela Lei 13.964/2019 e a instrumentalidade das formas....	290
Técnicas de negociação	291
Requisitos para colaboração premiada.....	294
Voluntariedade.....	295

Investigação e processo criminal	297
Colaboração premiada em ações de improbidade administrativa	297
Efetividade da colaboração premiada.....	299
Colaboração destinada a identificação dos comparsas (inciso I)	302
Revelação da estrutura da organização (inciso II)	305
Colaboração destinada a prevenção de infrações penais (inciso III)	306
Colaboração destinada a recuperação do patrimônio decorrente do crime (inciso IV)	307
Colaboração destinada a localização da vítima (inciso V)	309
Benefícios premiais.....	309
Dosimetria dos prêmios.....	310
Possibilidade de benefícios ou medidas premiais extraordinários.....	311
Entrega de documentos sigilosos como objeto de cláusula de colaboração premiada.....	314
Destinação de valores ou bens proveniente de uma colaboração premiada	315
Circunstâncias prudenciais para os benefícios premiais.....	316
Perdão judicial na colaboração premiada	319
Aplicação do art. 28 do CPP	321
Legitimidade e constitucionalidade de celebração de acordos de colaboração por delegados de polícia.....	321
Colaboração/delação premiada unilateral	327
Suspensão do prazo da denúncia, do processo e da prescrição	330
Benefício de não oferecimento de denúncia ou imunidade processual	334
Requisitos legais para o acordo de imunidade.....	337
Regra de ouro da colaboração premiada.....	340
Diferença da colaboração premiada de imunidade para o acordo de não persecução penal.....	340
Colaboração premiada pós-processual ou tardia.....	341
Impossibilidade de participação do juiz na fase das tratativas e negociações.....	344

Natureza da decisão judicial homologatória do acordo de colaboração premiada celebrado	346
Oitiva judicial e sigilosa do colaborador	346
Análise do acordo pelo juiz na fase homologatória.....	348
Recurso cabível contra a decisão que não homologa a colaboração premiada.....	350
Competência para homologar o acordo de colaboração após o trânsito em julgado da sentença.....	351
Compatibilidade e nulidade dos benefícios pactuados	351
Análise da compatibilidade dos resultados legais.....	355
Verificação da voluntariedade.....	357
Análise do mérito independente dos benefícios da colaboração premiada.....	359
Impossibilidade de renunciar ao recurso.....	360
Recusa de homologação do acordo de colaboração premiada.....	361
Devolução do acordo de colaboração para ajustes.....	361
Oitiva permanente do colaborador	363
Retratação do acordo	364
Participação do delatado no processo em que há colaboração.....	366
Acesso às declarações da colaboração pelo delatado.....	367
Impossibilidade de o delatado impugnar o acordo de colaboração	368
Acesso à colaboração premiada por terceiro.....	369
Ordem das alegações finais em processo em que há colaboração premiada.....	369
Apreciação da eficácia do acordo de colaboração premiada	371
Oitiva do colaborador.....	375
Registro das tratativas e dos atos de colaboração	377
Renúncia ao direito de permanecer em silêncio	379
Inquirição do colaborador em juízo.....	382
Imprescindibilidade do advogado ou defensor	382
Regra da corroboração	384

Regra da corroboração e a Lei 14.365/2022	386
Validade da prova prestada pelo colaborador confidencial	387
O valor probatório da declaração do delator a partir do teorema de Bayes.....	387
Corroboração cruzada ou recíproca entre colaborações premiadas.....	389
Rescisão do acordo de colaboração	390
Diferença entre rescisão e anulação	393
Dever de cessação da conduta ilícita	395
Direitos do colaborador	395
Proteção geral do colaborador	396
Forma escrita do acordo de colaboração.....	400
Relato descritivo do fato	400
Condições da proposta	401
Declaração de aceitação do colaborador	401
Assinaturas das partes.....	402
Medidas de proteção ao colaborador	403
Cláusulas do acordo de colaboração premiada.....	403
O sigilo do acordo de colaboração	407
Acesso aos autos sigilosos.....	407
Compartilhamento da colaboração premiada.....	408
Manutenção do sigilo	409
Efeitos transversais do acordo de colaboração premiada para outras esferas de responsabilidade.....	411
Ciclo total da colaboração premiada	421
Seção II – Da Ação Controlada	421
Da ação controlada - Origem e compreensão da ação controlada	422
Diferença entre ação controlada e campana policial.....	425
Diferença entre ação controlada e acompanhamento tático.....	425

Responderão os policiais envolvidos na ação controlada por crime de prevaricação?	426
Validade da entrega vigiada prevista na Convenção de Palermo.	427
Comunicação ao juiz acerca da ação controlada	428
Ação controlada e escuta ambiental	429
Transnacionalidade da ação controlada	430
Seção III – Da Infiltração de Agentes	431
Da infiltração de agentes - Introdução e compreensão do tema	431
Quem pode ser agente infiltrado	434
Possibilidade de infiltração empresarial	439
Imprescindibilidade da autorização judicial para infiltração de agentes	439
Diferença entre agente infiltrado e agente provocador	440
O agente disfarçado criado pela Lei 13.964/2019	442
Oitiva prévia do Ministério Público nos casos de infiltração de agentes	447
Requisitos para infiltração de agentes	448
Prazo da infiltração	450
Relatório circunstanciado	450
Supervisão da infiltração	451
Agente infiltrado virtual	453
Norma explicativa sobre dados de conexão e dados cadastrais	455
Requisitos da infiltração virtual	456
A infiltração virtual e o espelhamento do WhatsApp	458
Infiltração cibernética controlada	459
Excludente da ilicitude para o agente infiltrado	459
Delimitação dos objetivos e alcance da infiltração	461
Oitiva do agente infiltrado como testemunha	463

Banco de dados dos agentes infiltrados.....	465
Acesso aos autos da infiltração	465
Sustação da operação	466
Dever de proporcionalidade do agente infiltrado.....	467
Exclusão da responsabilidade do agente infiltrado	470
Direitos do agente infiltrado	473
Direito à alteração da identidade.....	473
Outros direitos do agente infiltrado	476
 Seção IV – Do Acesso a Registros, Dados Cadastrais, Documentos e Informações.....	 476
Acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações.....	476
Lei Geral de Proteção de dados e poder de requisição	481
Registro de viagens	482
Registro dos terminais telefônicos.....	484
 Seção V – Dos Crimes Ocorridos na Investigação e na Obtenção da Prova.....	 487
Crimes contra a investigação do crime organizado – aspectos gerais	487
Crime de revelação indevida da identidade do colaborador.....	488
Crime de colaboração premiada caluniosa.....	490
Crime de quebra do sigilo da ação controlada e infiltração de agentes	493
Crime de recusa ou omissão de dados e documentos.....	495
Crime de revelação indevida de dados cadastrais.....	498
Crime de obstrução de ações contra o crime organizado.....	500
Diferença em relação à obstrução simples (Art. 2º, § 1º) e ao crime do art. 21-A – obstrução de ações contra o crime organizado.....	504
Crime de conspiração para obstrução de ações contra o crime organizado	505

CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	508
Aspectos processuais penais da Lei 12.850/2013.....	508
Rito ordinário.....	509
Prazo da instrução.....	510
Sigilo das investigações relativas às organizações criminosas.....	514
Direito de vista prévia dos autos.....	521
Redefinição do nomen iuris do crime do art. 288 do CP.....	523
Diferença entre associação criminosa e milícia privada.....	526
Aumento da pena no crime de falso testemunho.....	528
Entrada em vigor da Lei.....	529
 PARTE 3 – COMENTÁRIOS À LEI 15.358/2026 – LEI ANTIFACÇÃO.....	 531
Introdução.....	531
Função normativa da Lei 15.358/26.....	533
Facção criminosa.....	534
Grupo paramilitar e milícia privada (facções por equiparação).....	536
Crime de Domínio Social Estruturado.....	539
Pena.....	547
Regime de Progressão de Pena.....	549
Causas de aumento de pena.....	551
Vedação de benefícios penais, processuais e execucionais.....	554
Atos preparatórios puníveis.....	554
A vedação do Auxílio-Reclusão como instrumento de enfrentamento ao Crime Organizado.....	556
Presídio federal para líderes e chefes.....	557
Competência para julgamento do crime de domínio social estruturado e de favorecimento social estruturado.....	557

Competência para julgamento de homicídio em contexto de domínio social estruturado	558
Conexão como critério de atração da competência.....	559
Aplicabilidade temporal.....	559
Afastamento do Tribunal do Júri.....	559
Varas criminais colegiadas.....	560
Prisão preventiva	562
Crime de Favorecimento ao Domínio Social Estruturado	564
Empréstimo de conta corrente para prática de crimes.....	566
Coação moral irresistível no crime de favorecimento ao domínio social estruturado.....	568
Pena	568
Hediondez dos crimes.....	569
A prova nos processos envolvendo os crimes da Lei nº 15.358/2026	570
TÍTULO II – DAS NORMAS PROCESSUAIS E OPERACIONAIS.....	572
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	572
Prazos diferenciados para conclusão do inquérito policial.....	572
Deflagração das medidas.....	574
Prazo comum em situações de urgência.....	575
Não automaticidade do relaxamento da prisão pelo descumprimento de prazos	575
Reconhecimento expresso do poder investigativo do Ministério Público	576
Revisão hierárquica da representação indeferida.....	577
Forças-tarefa integradas – Introdução.....	578
Formalização por termo de cooperação	580
Compartilhamento de dados e operações conjuntas	580
Regime de sigilo.....	581
Sigilo das medidas judiciais.....	581

Não nulidade pelo descumprimento	582
Participação do Ministério Público	582
Cooperação jurídica internacional	582
Órgãos competentes	583
Finalidades da cooperação	584
Princípio da reciprocidade.....	584
Conexão com o art. 9º, inciso I, e com o Capítulo IV	584
Aplicação subsidiária da Lei nº 12.850/2013 e da Lei nº 9.613/1998.....	585
 CAPÍTULO II – DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS.....	 588
Das Medidas Assecuratórias Cautelares	588
Introdução.....	588
Legitimidade para requerer as medidas assecuratórias.....	589
Competência para julgar as medidas assecuratórias	590
Standard probatório para as medidas assecuratórias – indícios suficientes	591
Medidas assecuratórias especiais.....	592
Rol exemplificativo de medidas assecuratórias.....	593
Medidas assecuratórias tradicionais ampliadas.....	593
Investigação patrimonial como pressuposto	594
Ampliação do objeto material	595
Alcance subjetivo – interpostas pessoas e pessoas jurídicas.....	596
Suspensão, limitação ou proibição de atividades econômicas, financeiras, empresariais ou profissionais.....	598
Bloqueio a sistemas financeiros e de redes de comunicação.....	599
Restrição a operações com criptoativos.....	601
Acionamento dos órgãos reguladores e de controle do sistema financeiro e tributário	602
Suspensão de serviços	602
Afastamento do cargo	603

Proibição de sair do território nacional.....	604
Bloqueio de transferência de bens	604
Inidoneidade cautelar	605
Medidas assecuratórias e contraditório diferido.....	606
Medidas assecuratórias e independência de instâncias	606
Dever de fundamentação qualificado.....	607
Custódia cautelar dos bens apreendidos.....	608
Depositário fiel de bens cautelarmente apreendidos	609
Impugnação nas medidas assecuratórias.....	610
Liberação de bens cautelarmente apreendidos	611
Perdimento extraordinário de bens independente de condenação penal.....	612
Proteção do lesado e do terceiro de boa-fé.....	614
Uso provisório e alienação antecipada dos bens apreendidos.....	615
Conceito ampliado de instrumento do crime para fins de perdimento	616
Devolução dos valores em caso de absolvição	617
Sigilo das decisões e ordens de bloqueio.....	617
Responsabilidade civil, administrativa e penal pelo descumprimento das medi- das	618
Supervisão conjunta do CNJ e do CNMP	619
Intervenção judicial em pessoas jurídicas - introdução.....	622
Crimes empresariais e organizações criminosas.....	622
Responsabilidade penal dos dirigentes.....	624
Fundamento normativo da intervenção judicial em pessoas jurídicas instrumen- talizadas por organizações criminosas.....	625
Administração provisória dos bens constritos	628
Poderes do interventor.....	629
Contratos com o poder público.....	629
Alienação antecipada e destinação dos recursos.....	630

Impedimento para contratar com o poder público.....	630
Desfecho da intervenção.....	630
Ressalva quanto ao tráfico de drogas.....	630
Cooperação institucional e <i>gatekeepers</i> do sistema financeiro.....	630
CAPÍTULO III – DAS MEDIDAS DEFINITIVAS.....	631
Medidas definitivas pós-condenação.....	631
Conversão das medidas cautelares em perda definitiva.....	634
Confisco ampliado.....	635
Ônus da prova e juízo de incompatibilidade patrimonial.....	636
Distinção em relação ao confisco alargado do Código Penal.....	637
Dissolução compulsória da pessoa jurídica.....	637
Liquidação judicial definitiva dos bens.....	638
Afetação imediata dos bens aos órgãos de segurança pública.....	639
Proibição definitiva de contratar com o poder público e de integrar órgãos de administração de empresas públicas.....	640
Cancelamento de autorizações, registros e licenças.....	641
Responsabilidade solidária e sucessória.....	642
Comunicações automáticas e obrigatórias aos órgãos de controle e registros públicos.....	643
Publicação das sentenças condenatórias em cadastro público eletrônico nacional.....	644
Uso provisório dos bens pelos órgãos de segurança pública.....	644
Competência para alienação e destinação dos bens.....	645
Natureza de execução penal patrimonial e aplicação subsidiária da Lei nº 11.101/2005.....	645
CAPÍTULO IV – DA AÇÃO CIVIL DE PERDIMENTO DE BENS.....	646
Da Ação Civil de Perdimento de Bens - Introdução.....	651

Objeto da ação.....	651
Hipóteses de cabimento da perda civil.....	653
Proteção ao terceiro de boa-fé	653
Extraterritorialidade mitigada.....	654
Legitimidade ativa e competência.....	655
Dever de reporte	656
Independência de instâncias.....	656
Legitimidade passiva.....	656
Competência territorial.....	656
Medidas de urgência.....	657
Procedência e imprescritibilidade.....	657
Gratuidade e regime de custas	657
<i>Whistleblower</i> patrimonial.....	657

CAPÍTULO V – DO BANCO NACIONAL E DOS BANCOS ESTADUAIS DE DADOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS ULTRAVIOLENTAS, GRUPOS PARAMILITARES OU MILÍCIAS PRIVADAS..... 658

Banco Nacional e Bancos Estaduais de Dados de Organizações Criminosas Ultravioletas, Grupos Paramilitares ou Milícias Privadas - Introdução e natureza jurídica.....	659
Finalidade e conteúdo.....	660
Bancos Estaduais e interoperabilidade.....	661
Critérios de inclusão e remoção	662
Condicionamento de repasses federais.....	664
A presunção de vínculo e seus riscos	665

TÍTULO III – DISPOSIÇÕES FINAIS 665

Vedação ao Auxílio-Reclusão	665
Independência das esferas administrativa e penal	666

Instrumentos de Investigação e Meios de Obtenção de Prova	667
Efeito da condenação em caso de receptação.....	668
(Des)necessidade de reabilitação	671
Homicídio ultraviolento - praticado por integrante de organização criminosa ultraviolenta, grupo paramilitar ou milícia privada (art. 121, § 2º-D)	673
Lesão corporal ultraviolenta - praticada por integrante de organização criminosa ultraviolenta, grupo paramilitar ou milícia privada	674
Ameaça no contexto do domínio social estruturado	676
Sequestro ou cárcere privado praticado por organização criminosa ultraviolenta	678
Furto qualificado praticado por integrante de organização criminosa ultraviolenta	679
Roubo praticado por integrante de organização criminosa ultraviolenta	681
Extorsão praticada por integrante de organização criminosa ultraviolenta.....	683
Extorsão mediante sequestro cometido por integrante de organização criminosa ultraviolenta.....	685
Receptação qualificada cometida por integrante de organização criminosa ultraviolenta.....	686
Hediondez dos crimes de domínio social estruturado e favorecimento ao domínio social estruturado.....	688
Regime diferenciado disciplinar para membros de organização criminosa ultraviolenta.....	690
Transferência dos presos em casos urgentes	695
Novos índices de progressão de regime de cumprimento de pena.....	696
Tráfico de drogas no contexto de organização criminosa ultraviolenta	697
Majorante dos crimes de armas no contexto da lei de drogas.....	698
Audiência de custódia (art. 3º-B, §1º)	701
Facção criminosa, crime de homicídio e a competência para o processo e julgamento	702
Audiência de custódia (art. 310)	704
Condições de admissibilidade da prisão preventiva (art. 313)	705
RESE, tutela recursal de urgência e aproximação com a apelação cível (§4º do art. 581 do CPP).....	706
Alterações na Lei de Lavagem	710

Alterações no Código Eleitoral	711
Vigência e eficácia temporal.....	719
PARTE 4 – CRIME ORGANIZADO E O SISTEMA DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS.....	721
Introdução.....	721
A Resolução nº 1/26 da CIDH.....	721
A perspectiva de direitos humanos como condição de validade das políticas de segurança	722
O dever de proteção de vítimas e o papel das instituições nacionais	724
A violência estrutural e os grupos vulneráveis	724
A cooperação internacional como eixo estruturante	725
Conclusão	726
PARTE 5 – MODELOS DE PEÇAS	729
Representação Policial pela Busca e Apreensão Domiciliar e Extração de Dados de Dispositivo Eletrônico	729
Modelo de Acordo de Colaboração Premiada.....	732
Requerimento de Medidas Assecuratórias: Suspensão de Atividade Econômica, Financeira e Empresarial Bloqueio de Transferência de Bens – Acionamento da ANP Afastamento de Administradores.....	743
Requerimento de administração provisória de bens: Nomeação de Administrador Judicial com Poderes Negociais Amplos	746
Sentença penal condenatória: Art. 2º, Inciso I c/c § 9º, da Lei nº 15.358/2026 (Lei Antifacção) e Art. 159, § 5º, do Código Penal (Domínio Social Estruturado – Extorsão mediante “Taxa de Proteção” por Milícia)	750
Modelo de quesitação do júri: Homicídio Qualificado em Contexto de Domínio Social Estruturado (Art. 121, § 2º-D, do Código Penal – introduzido pela Lei nº 15.358/2026)	755
Ação civil de perdimento de bens	756
Convenção de Palermo	761
Decreto nº 5.687, De 31 de janeiro de 2006	779

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	781
---	------------